Ecoturismo e apropriação da natureza na Amazônia: desafios da sustentabilidade na Floresta Nacional de Carajás (PA)

Ecotourism and nature appropriation in the Amazon: sustainability challenges in the Carajás National Forest (PA, Brazil)

Rafael Souza Guimarães

RESUMO: A Floresta Nacional de Carajás (Flona Carajás), situada na Amazônia, representa um espaço de tensões entre práticas de ecoturismo e exploração mineral. Promovido como alternativa sustentável, o ecoturismo enfrenta barreiras estruturais e ideológicas que limitam seu potencial de transformação socioambiental, especialmente devido ao controle territorial exercido pela mineração. Este artigo tem como objetivo refletir sobre as contradições entre o discurso de turismo sustentável e as práticas minerárias na Flona Carajás, destacando o papel das estratégias adotadas pelo ICMBIO e pelos atores sociais locais na gestão do território. A partir de uma abordagem qualitativa e crítica, fundamentada na teoria da colonialidade, a pesquisa realizou observação participante nas reuniões do Programa de Uso Público da Flona Carajás e analisou documentos oficiais e materiais promocionais sobre o ecoturismo na região. Os resultados indicam que, embora promovido como contraponto à mineração, o ecoturismo na Flona Carajás reproduz uma lógica capitalista que mercantiliza os recursos naturais, reforçando a apropriação da natureza como mercadoria. Conclui-se que é necessário romper com essa perspectiva mercantilista e promover um modelo de turismo comunitário e participativo, que valorize a gestão compartilhada e respeite tanto a biodiversidade quanto as comunidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Sustentável; Unidades de Conservação; Conflitos Socioambientais; Mineração; Marketing Verde.

ABSTRACT: The Carajás National Forest (Flona Carajás), located in the Amazon, represents a space of tension between ecotourism practices and mineral exploitation. Promoted as a sustainable alternative, ecotourism faces structural and ideological barriers that limit its socio-environmental transformation potential, especially due to the territorial control exerted by mining activities. This article aims to reflect on the contradictions between the

discourse of sustainable tourism and mining practices in Flona Carajás, highlighting the role of strategies adopted by ICMBIO and local social actors in territorial management. Using a qualitative and critical approach, grounded in the theory of coloniality, the research involved participant observation during meetings of the Public Use Program of Flona Carajás and analyzed official documents and promotional materials on ecotourism in the region. The results indicate that, although promoted as a counterpoint to mining, ecotourism in Flona Carajás reproduces a capitalist logic that commodifies natural resources, reinforcing the appropriation of nature as a commodity. It is concluded that it is necessary to break with this mercantilist perspective and promote a community-based and participatory tourism model that values shared management and respects both biodiversity and local communities.

KEYWORDS: Sustainable Tourism; Conservation Units; Socio-environmental Conflicts; Mining; Green Marketing.

Introdução

A crise ambiental global tem colocado a Amazônia no centro das discussões sobre sustentabilidade e preservação ambiental, especialmente diante da exploração intensiva de seus recursos naturais. Nesse contexto, práticas de turismo sustentável ganham destaque como alternativas para o desenvolvimento econômico e social, buscando conciliar a exploração racional dos recursos naturais com a preservação ambiental.

Porém, no contexto da reprodução capitalista, a natureza é frequentemente apropriada como mercadoria, o que contribui significativamente para os problemas socioambientais contemporâneos, reduzindo os recursos naturais a um negócio. Nesse cenário, diversos atores sociais, como sociedade civil organizada, empresas e Estado, disputam espaços políticos e tentam redefinir suas identidades a partir de interesses muitas vezes conflitantes (Quaresma, 2003). O Estado, imerso em uma relação de colonialidade, reproduz uma visão antropocêntrica de apropriação e dominação da natureza, especialmente em territórios amazônicos.

As Unidades de Conservação (UCs) surgem como resposta à crise ambiental, com o objetivo de proteger a biodiversidade e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, elas também reforçam o controle desses territórios pelo Estado, que, ao atender às demandas do capitalismo mundial, impõe uma lógica de exploração e mercantilização da natureza. Nesse contexto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) tem adotado estratégias para compatibilizar o uso sustentável e a preservação, mesmo diante dos desafios impostos pelo mercado.

Entre os diversos territórios amazônicos, a Floresta Nacional de Carajás (Flona Carajás) [1], situada no município de Parauapebas, sudeste do Pará, apresenta uma dinâmica singular. Criada para promover o uso sustentável dos recursos naturais, a UC enfrenta o desafio de compatibilizar o ecoturismo com a intensa atividade de exploração mineral, notadamente conduzida pela mineradora Vale S.A. Essa coexistência revela contradições

profundas entre os objetivos de preservação e as práticas empresariais altamente poluidoras.

Desde sua criação, a Flona Carajás está intrinsecamente ligada à mineração, o que lhe confere um caráter contraditório: enquanto busca preservar recursos naturais, também abriga atividades que causam impactos socioambientais irreversíveis.

Atualmente, a expansão urbana do município de Parauapebas e a percepção do esgotamento iminente das minas de ferro têm levado os atores sociais locais a buscarem novas alternativas econômicas. O ecoturismo surge, então, como uma possibilidade de dinamização econômica, dada a riqueza natural da região. Entretanto, o modelo de ecoturismo adotado reforça a lógica capitalista, reiterando práticas já presentes na exploração mineral.

Com a realização da COP 30 em Belém, capital do Pará, o debate sobre a sustentabilidade na Amazônia ganha ainda mais relevância, evidenciando a necessidade de um turismo verdadeiramente sustentável, que supere a apropriação mercadológica da natureza. No entanto, o ecoturismo na Flona Carajás, embora promovido como alternativa sustentável, ainda depende de práticas que perpetuam a lógica de mercantilização dos recursos naturais.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo refletir sobre as contradições entre o ecoturismo e a mineração na Flona Carajás, analisando as estratégias adotadas pelo ICMBIO e por outros atores sociais para promover o uso sustentável do território. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e crítica, fundamentada na teoria da colonialidade (Quijano, 2005; Thomas, 1989), buscando compreender como práticas de ecoturismo são articuladas com a lógica capitalista de apropriação da natureza. Para isso, realizamos uma análise histórica das estratégias do Estado para integrar a região de Carajás ao mercado internacional, especialmente considerando o Projeto Grande Carajás (PGC) na década de 1980. Complementarmente, foi realizada observação participante nas reuniões do Programa de Uso Público da Flona Carajás, que gerencia as atividades de visitação na unidade de conservação.

Este artigo está organizado em três partes: a primeira parte apresenta os fundamentos teóricos que orientam a análise crítica sobre a apropriação da natureza e marketing verde; a segunda parte discute a criação e gestão da Flona Carajás, abordando os conflitos entre turismo e mineração, destacando o controle territorial pela mineração e o uso do ecoturismo como discurso sustentável; e a terceira parte apresenta os resultados da pesquisa, indicando que o ecoturismo, mesmo promovido como contraponto à atividade mineral, ainda se apoia na mesma lógica capitalista que mercantiliza a natureza, dificultando a construção de práticas realmente sustentáveis.

Apropriação capitalista da natureza: colonialidade e desafios do ecoturismo em UCs

No processo de reprodução do capitalismo, a natureza é apropriada como mercadoria, e as relações de dominação dos recursos naturais se justificam por seu valor de troca e pela obtenção de lucro. Segundo Valença

(2015), historicamente, a privatização dos bens naturais aliena seres humanos e a própria natureza, desnaturalizando o homem e gerando profundos problemas socioambientais que, na modernidade, se traduzem em riscos significativos para a existência da vida no planeta.

O continente americano destaca-se na formação de um novo padrão de poder e dominação sobre a natureza, estruturado em dois eixos fundamentais: a ideia de raça, que possibilitou a distinção entre povos civilizados e não civilizados, legitimando a dominação; e o controle das formas históricas de trabalho, dos recursos naturais e do mercado mundial (Quijano, 2005).

Para Quijano (2005), a imposição da ideia de raça pelos europeus na América foi uma estratégia para legitimar as relações de dominação sobre os territórios conquistados. De maneira análoga, a concepção moderna do domínio humano sobre a natureza encontra suas raízes históricas na Europa, construída e fundamentada em justificativas filosóficas e religiosas. Keith Thomas (1989), em "O Homem e o Mundo Natural", explica que, desde os períodos Tudor e Stuart (século XV a XVII) na Inglaterra, prevaleceu a ideia de que a natureza existia exclusivamente para benefício humano, sendo subordinada ao homem. Essa concepção era justificada pela filosofia clássica e pela interpretação bíblica do Jardim do Éden como um paraíso criado para o uso e domínio humano.

Dessa forma, consolidou-se a visão antropocêntrica que posiciona o homem como a única criatura capaz de dominar a natureza, utilizando-a para satisfazer seus desejos, conforme os planos divinos. Entretanto, não eram todos os homens que detinham tais privilégios, mas sim aqueles considerados civilizados, especialmente os brancos.

Nesse contexto, era essencial estabelecer uma linha divisória clara entre homens e animais, pois, no início do período moderno, essa distinção justificava práticas como caça, domesticação, vivissecção e o extermínio de animais considerados nocivos. Essa separação entre homens e animais também legitimava o tratamento desigual de seres humanos que viviam em condições tidas como "animalescas", visão que foi transferida para a classificação dos povos indígenas e afrodescendentes na América.

O pensamento antropocêntrico, amplamente difundido na Europa e nas colônias americanas, consolidou uma relação moderna de dominação entre homem e natureza, que também se estendeu às relações culturais e sociais. A figura do “homem civilizado”, dissociado do mundo natural, tornou-se o paradigma de hegemonia sobre outros povos, reforçando práticas coloniais de exploração e controle.

Para Thomas (1989), no pensamento teológico e antropocêntrico, todos os elementos naturais – animais, vegetais e minerais – estariam destinados a servir aos propósitos humanos, sejam eles práticos, morais ou estéticos. Segundo o historiador norte-americano Lynn White Jr. (1967, apud THOMAS, 1989), o cristianismo europeu consolidou-se como a religião mais antropocêntrica da história, responsabilizando a igreja medieval pela degradação ambiental moderna. Para Santos e Meneses (2010), tal pensamento abissal concedeu à ciência o monopólio da distinção entre verdadeiro e falso, descartando outros saberes, como a filosofia e a teologia, especialmente na relação homem-natureza.

Para Marx (1867), além da influência religiosa, a propriedade privada e a economia monetária impulsionaram a exploração da natureza, consolidando o capitalismo como sistema de dominação global. Quijano (2005) destaca que essa fusão do pensamento medieval com as estruturas modernas de dominação originou um novo padrão de poder, articulando o controle do trabalho com o capital e a exploração de recursos naturais para abastecer o mercado mundial.

A partir desse processo, estabeleceu-se um padrão global de controle do trabalho e da natureza, enraizado na posição privilegiada que a Europa conquistou com a colonização americana e a exploração de recursos como ouro, prata e produtos agrícolas (Quijano, 2005). A colonialidade imposta pelo capitalismo estruturou uma geografia social marcada pela exploração das periferias subdesenvolvidas pelos centros desenvolvidos, configurando um modelo eurocêntrico de desenvolvimento (Santos *et al*., 2012).

A partir da década de 1960, o agravamento dos problemas socioambientais impulsionou movimentos ambientalistas que questionavam o modelo industrial. Conferências globais, como Estocolmo (1972), Eco-92 (1992) e COP-1 (1995), debateram alternativas sustentáveis e medidas de conservação. No Brasil, as pressões ambientais impulsionaram a criação de Unidades de Conservação (UCs), como estratégia de proteção dos recursos naturais, inspiradas no modelo do Parque Nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos em 1872.

As UCs têm como função manter a biodiversidade e minimizar os danos ambientais provocados pela sociedade urbano-industrial, promovendo o turismo ecológico como alternativa econômica e educativa. Segundo Diegues (2008), essas áreas contribuem para a reconexão da sociedade urbana com a natureza, mas também podem ser apropriadas pela lógica capitalista que mercantiliza o ambiente.

O ecoturismo é frequentemente promovido como alternativa sustentável para o desenvolvimento das UCs, porém, Vallejo (2002), afirma que, para que as UCs consolidem suas funções ambientais e sociais é necessário a implantação de estratégias de cunho político e gerencial por parte do Estado, a fim de ordenar o território envolvendo os múltiplos atores no processo.

Para Rodrigues (2003), o ecoturismo é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental e que contribui para conservação da biodiversidade e sociodiversidade, trazendo benefícios para as comunidades receptoras. Em sua essência, o ecoturismo é visto como uma ação estratégica e educativa que “atua como um embrião da transformação dos sistemas produtivos, podendo se constituir numa ação crítica do mundo” (FURLAN, 2003), portanto, capaz de evidenciar contradições existentes nas localidades.

Porém, em contraponto, Tulik (1992) evidencia que a imagem do ecoturismo transmitida pelos meios de comunicação, se apropria da natureza para transformá-las em mercadorias, assumindo somente o rótulo de “ecológico”, portanto, quando a ênfase do ecoturismo é puramente econômica, surgem grandes contradições de discurso e ação (Furlan, 2003).

No caso da Flona Carajás, a gestão do ecoturismo enfrenta dilemas entre a preservação ambiental e os interesses econômicos da mineração,

revelando as contradições entre discurso ecológico e práticas capitalistas (Gumier-Costa; Sperber, 2009). Assim, embora o ecoturismo seja promovido como uma solução para o desenvolvimento sustentável das UCs, muitas vezes se revela uma prática contraditória quando submetido às demandas econômicas, transformando-se em uma estratégia de marketing verde que esconde os impactos socioambientais reais e reforça a visão antropocêntrica de domínio sobre a natureza.

Mineração, Ecoturismo e Sustentabilidade: contradições na Flona Carajás

A região de Carajás se destacou a partir de 1967 com a descoberta das cangas ferríferas, um bioma com alta concentração de minério de ferro (COELHO, 2015). Contudo, esse destaque está inserido em um contexto mais amplo de políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia a partir da década de 1960, voltadas para atender às demandas do mercado internacional. Com enfoque no crescimento econômico, o Estado buscou integrar a Amazônia ao restante do país por meio de projetos que viabilizassem a exploração dos recursos naturais e do potencial energético da região (Magalhães; Britto; Castro, 1996 apud Cardoso; Lima, 2019).

A integração da Amazônia ocorreu sob a doutrina de segurança nacional promovida pelo regime civil-militar, articulada com interesses privados e caracterizada por uma ampla política de incentivos fiscais e creditícios, especialmente para grandes empresas mineradoras e metalúrgicas (MONTEIRO, 2005). Essa configuração estabeleceu um processo de dominação cultural e exploração dos recursos naturais, refletindo a colonialidade do poder descrita por Quijano (2005). Consequentemente, essa lógica resultou em sérios problemas socioambientais, marcados por desordem ocupacional, conflitos sociais e degradação ambiental (Silva; Pena; Oliveira, 2015).

A partir da década de 1970, movimentos ambientalistas começaram a ganhar força no Brasil, impulsionados pelas denúncias de degradação ambiental. Na Amazônia, tais movimentos foram impulsionados principalmente pela resistência de seringueiros e comunidades tradicionais que lutavam pela preservação da floresta (Quaresma, 2003). No entanto, a implantação de grandes projetos econômicos na década de 1980 agravou ainda mais os problemas socioambientais. Um dos principais exemplos foi o Projeto Grande Carajás (PGC), que mobilizou recursos para a execução de empreendimentos minerais na Amazônia Oriental, especialmente na mesorregião sudeste do Pará (Monteiro, 1998).

Segundo Santos (2010):

> O Projeto Grande Carajás, foi um megaempreendimento liberado pelo governo federal no início da década de 1980, com o objetivo central de extrair os minérios descobertos na Serra dos Carajás, estado do Pará. Além da extração e processamento mineralógico, inclui-se projetos agropecuários e de reflorestamento de eucalipto, dentre outros. Um dos principais objetivos do projeto consistiu em atrair investimentos estrangeiros para a Amazônia Oriental (Santos, 2010 apud Penha e Nogueira, 2015, p. 213).

Podemos dizer que do ponto de vista do capital, as condições foram favoráveis para implantação de empreendimentos altamente lucrativos, porém, a ocupação desordenada do território representou desdobramentos sociais e ambientais negativos, configurando a região de Carajás como um território de intensos conflitos socioambientais pelo uso da terra e de seus recursos.

O avanço da mineração na região de Carajás gerou impactos socioambientais significativos, incluindo o deslocamento de comunidades tradicionais e a desestruturação social de áreas afetadas pela exploração mineral. A percepção dos moradores de Parauapebas, reflete o paradoxo entre o desenvolvimento econômico promovido pela mineração e a perda de qualidade de vida devido aos danos ambientais e sociais. Relatos comunitários apontam que, embora haja geração de empregos, a degradação dos recursos naturais e a limitação de acesso a áreas protegidas reduzem as possibilidades de práticas sustentáveis autênticas.

A partir da década de 1990, as pressões internas e transnacionais promovidas por agentes econômicos, aliadas à luta e resistência de camponeses e populações tradicionais, além das crescentes demandas ambientais, levaram o Estado a adotar medidas para demarcar terras indígenas e criar áreas protegidas na Amazônia. Na região de Carajás e em seu entorno, essas ações visavam estabelecer um “escudo” verde, com o propósito de afastar a intrusão humana das áreas de produção mineral (Santos, 2010). Portanto, essa estratégia de conservação não representou um compromisso genuíno com a proteção ambiental, mas sim a preservação dos interesses empresariais de exploração dos recursos naturais, como forma de conter os conflitos socioambientais e responder às pressões sociais.

A criação Flona Carajás, em 1998, ocorreu um ano após a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ex-empresa estatal que detinha a concessão de mineração, posteriormente convertida em Vale S.A., com o objetivo de garantir a exploração “sustentável” dos recursos minerais (Bezerra, 2017). No entanto, a sustentabilidade desta UC é questionada devido ao contexto de intensa exploração mineral e às restrições de uso territorial. A Flona Carajás, por ser uma UC de uso sustentável, permite a exploração dos recursos minerais e atividades como ecoturismo, mas enfrenta contradições entre conservação e exploração econômica (ICMBIO, 2016).

A figura 1 ilustra a degradação provocada pela exploração mineral na Flona Carajás, destacando a área da cava da mina a céu aberto. Essa formação representa a supressão da floresta e evidencia o impacto significativo gerado pela extração do minério de ferro.

Figura 1: Cava da mina na Flona Carajás.
Figure 1: Mine pit in Flona Carajás.
Fonte: Amazonia.com (2019).
Source: Amazonia.com (2019).

O ecoturismo surge como alternativa econômica e estratégica para integrar a população local e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Porém, a prática enfrenta entraves devido às restrições de acesso impostas pela Vale S.A., que dificulta a participação comunitária e reforça a percepção da Flona como uma área privada. Além disso, a proximidade entre ecoturismo e mineração revela um paradoxo: enquanto o ecoturismo deveria promover a conscientização ambiental, ele acaba reproduzindo práticas que mercantilizam a natureza por meio de uma atividade altamente controlada (Furlan, 2003).

Nesse contexto, os discursos de sustentabilidade frequentemente ocultam os impactos da mineração, resultando em práticas oportunistas que utilizam o rótulo “ecológico” para legitimar atividades econômicas que perpetuam a degradação. Essa estratégia, conhecida como greenwashing, caracteriza-se pela prática de criar uma imagem ambiental positiva que não corresponde à realidade, enganando consumidores sobre as práticas ambientais de uma empresa ou sobre os benefícios ecológicos de um produto ou serviço. (Pagotto, 2023). Na Flona Carajás, o greenwashing é evidente nas campanhas promovidas pela Vale S.A., que busca associar sua imagem à preservação ambiental por meio de projetos de reflorestamento e apoio a eventos culturais, além da manutenção de um Parque Zoobotânico, enquanto mantém intensa atividade mineradora que provoca significativos impactos socioambientais.

O desafio reside em desenvolver um modelo de ecoturismo na Flona Carajás que realmente contribua para a preservação ambiental e o desenvolvimento local, superando a lógica capitalista que mercantiliza os recursos naturais. Para isso, é essencial desconstruir o discurso de marketing verde e adotar práticas efetivamente sustentáveis que promovam a gestão comunitária e a participação social na definição dos usos turísticos do território.

Material e Métodos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise crítica e na reflexão teórica sobre a apropriação da natureza e os desafios do ecoturismo na Amazônia. Foram utilizados três métodos principais: revisão bibliográfica, análise documental e observação participante. A pesquisa baseia-se na perspectiva crítica, adotando os conceitos de colonialidade (Quijano, 2005) e apropriação capitalista da natureza (Thomas, 1989). A abordagem qualitativa foi escolhida para compreender as dinâmicas sociais e discursivas que permeiam a gestão do ecoturismo na Flona Carajás, especialmente na relação entre preservação ambiental e exploração mineral.

A revisão bibliográfica incluiu estudos teóricos sobre colonialidade, capitalismo e apropriação da natureza. Entre os autores utilizados, destacam-se Quijano (2005) e Thomas (1989), que discutem as raízes históricas da dominação ambiental. Também foram analisados documentos oficiais, como o Plano de Manejo da Flona Carajás. Além disso, relatórios do Programa de Uso Público da unidade, disponibilizados pelo ICMBIO, foram fundamentais para compreender as práticas de gestão e uso turístico da área.

A observação participante ocorreu durante reuniões remotas do Programa de Uso Público da Flona Carajás, realizadas entre os anos de 2022 e 2023 pelo ICMBIO. As reuniões discutiram estratégias de manejo turístico, manutenção de trilhas e gestão dos impactos ambientais. Durante essas sessões, foram registrados discursos dos participantes e debates sobre a compatibilização entre turismo e preservação. A análise desses registros focou em identificar temas recorrentes, abordagens sobre sustentabilidade e possíveis contradições entre discurso e prática.

A combinação de revisão teórica, análise documental e observação participante permitiu compreender criticamente as contradições entre práticas de ecoturismo e exploração mineral na Flona Carajás.

Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa apontam que o novo plano de manejo da Flona Carajás, aprovado em 2016, trouxe importantes mudanças na gestão territorial, buscando conciliar os objetivos conflitantes de conservação da biodiversidade, exploração mineral e desenvolvimento de atividades sustentáveis, como o ecoturismo (ICMBIO, 2016). Entre as atividades permitidas no interior da unidade, destacam-se o ecoturismo, a educação ambiental e o extrativismo vegetal, promovendo a ideia de uso múltiplo dos recursos naturais por meio de arranjos produtivos locais.

Para melhorar a gestão dos recursos naturais, foi estabelecido um novo zoneamento, que diferencia as áreas destinadas à conservação, mineração e uso público, além de zonas de uso conflitante, onde ocorre a interseção de atividades mineradoras e de ecoturismo. Essa nova configuração busca minimizar os conflitos de interesse e ampliar as possibilidades de visitação, especialmente nas zonas identificadas como potenciais para o ecoturismo.

Entretanto, apesar das melhorias na gestão, apenas cerca de 2% da área total da Flona Carajás foi destinada às atividades de visitação e ecoturismo, enquanto a área de mineração ocupa cerca de 15% (FIGURA 2). Isso demonstra que o ecoturismo ainda não é prioridade, e as restrições de uso público limitam o acesso aos principais atrativos, dificultando a consolidação de práticas ecoturísticas significativas.

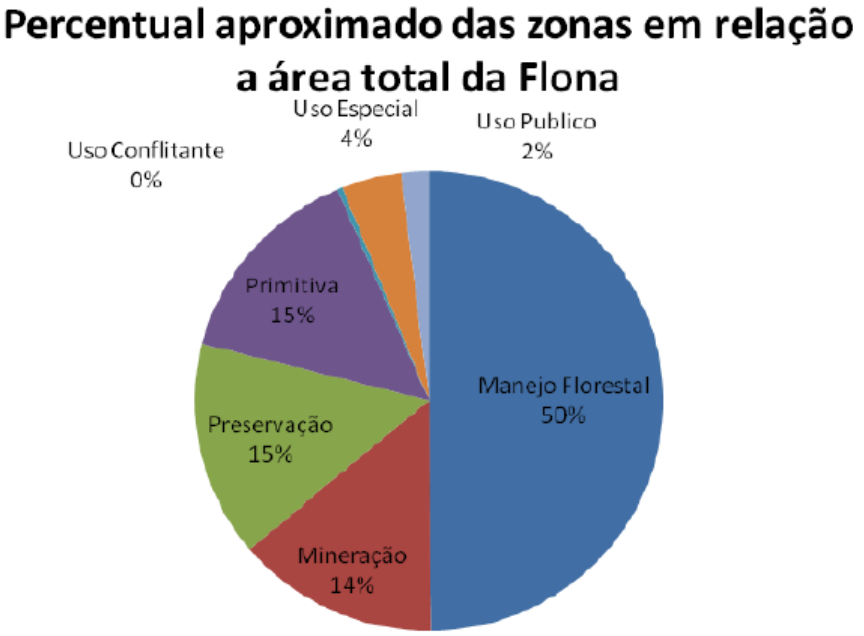

Figura 2: Percentual aproximado das zonas em relação a área total da Flona Carajás
Figure 2: Approximate percentage of zones in relation to the total area of Flona Carajás.
Fonte: ICMBIO (2016).
Source: ICMBIO (2016).

A gestão do Programa de Uso Público, compartilhada entre o ICMBIO e a Prefeitura de Parauapebas, tem promovido algumas melhorias no acesso e na estrutura para o ecoturismo, mas enfrenta desafios relacionados aos investimentos e ao quadro limitado de servidores. A criação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) possibilitou maior participação popular, especialmente no contexto do Programa de Voluntariado que possibilita o engajamento de jovens de Parauapebas nas ações de uso público, mas a dependência de parcerias para manter as atividades ainda persiste.

Um dos principais desafios identificados está na falta de dados atualizados e confiáveis sobre o fluxo turístico na Flona Carajás. Em uma pesquisa realizada em 2021 por Sousa, Lobo e Cardoso-Leite (2021), os autores constataram que os únicos dados disponibilizados de forma pública são do ano base de 2014, eles permanecem atualmente.

Este levantamento mostrou que em 2014 houveram a entrada de 216 mil visitantes na área da Flona Carajás, um número significativo se levarmos em conta a população do município de Parauapebas, hoje com cerca de 267.836 habitantes, segundo dados do último Censo do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Estes números se referem somente às atividades relacionadas aos programas de educação ambiental desenvolvidos pelo ICMBIO. Em relação à visitação por meio de pacotes turísticos, foram registrados o total de 1.100 turistas no mesmo ano (Sousa; Lobo; Cardoso-Leite,2021).

A ausência de informações estatísticas atualizadas dificulta o planejamento de políticas públicas e a elaboração de estratégias para fortalecimento do ecoturismo. Além disso, a influência da Vale S.A. no controle de acesso ao território ainda representa um entrave significativo para o desenvolvimento do ecoturismo comunitário.

Nas reuniões do Programa de Uso Público foi possível atualizar os dados disponibilizados na pesquisa de 2021. Os dados coletados indicam que houve um aumento expressivo nas visitas guiadas após a pandemia, cerca de 220%, passando de 805 visitantes no ano de 2018 para 1.770 visitantes em 2022. Isso comprova um crescente interesse pelo ecoturismo na Flona Carajás. No entanto, as visitas autoguiadas apresentaram queda no mesmo período, onde em 2018 houve cerca de 164.257 visitantes, caindo para 71.326 em 2022. Isso se deve à revisão dos critérios de contagem, que antes incluíam trabalhadores da mineração e seus prestadores de serviços.

Embora o ecoturismo tenha apresentado avanços na Flona Carajás, ele ainda se desenvolve sob a lógica do mercado, sendo impulsionado pela proximidade com a mineração. Para que o ecoturismo realmente contribua para o desenvolvimento sustentável, é necessário aprimorar a gestão comunitária, aumentar a transparência nos dados de visitação e fortalecer as parcerias com instituições de ensino e pesquisa, que podem contribuir para práticas mais inclusivas e ambientalmente responsáveis.

Apesar dos esforços dos atores sociais, o ecoturismo na Flona Carajás ainda se desenvolve de maneira incipiente, devido às limitações impostas pela exploração mineral e pelo controle territorial da Vale S.A. O controle das portarias, a gestão dos acessos e a priorização da mineração contribuem para que o ecoturismo se mantenha restrito a áreas pontuais e com infraestrutura inadequada.

A dualidade no discurso sobre o papel da Vale S.A. também reflete essa contradição: enquanto o ICMBIO e a Prefeitura de Parauapebas veem a mineradora como parceira em ações de sustentabilidade, condutores de visitantes e cooperativas percebem a empresa como um entrave ao desenvolvimento de práticas turísticas mais integradas e comunitárias.

Atualmente, a Prefeitura de Parauapebas, em conjunto com um grupo de empresários buscam dinamizar a economia local por meio de investimentos em estratégias de marketing para promover a Flona Carajás como destino de ecoturismo. Estes atores sociais têm investido na construção de uma imagem de turismo “ecológico”, desde a construção do seu slogan até a participação em feiras nacionais de turismo para divulgar o município (Figuras 3 e 4, próxima página). No entanto, tais estratégias muitas vezes ocultam as contradições existentes entre a mineração e desenvolvimento sustentável, convertendo o ecoturismo em uma nova forma de apropriação da natureza, agora sob o rótulo da sustentabilidade.

Para Carlos (2002, apud Valença, 2015), “na fase atual do capitalismo, Estado e capital se aliam no sentido de construir ‘novos lugares’

e sua ‘nova imagem’ capazes de produzir lugares e as representações necessárias à indução do consumo” pelos turistas, vistos aqui como consumidores. Esta visão fica clara ao analisar as estratégias da Prefeitura para firmar a Flona Carajás como destino de ecoturismo, mesmo em meio aos reais conflitos existentes em seu território, haja visto que a atividade vem sendo tratada como mais uma forma de apropriação da natureza para transformá-la em mercadoria, assim como a mineração.

Figura 3: Slogan da Prefeitura com elementos que representam a natureza local.
Figure 3: Slogan of the City Hall with elements representing the local nature.
Fonte: Prefeitura Municipal de Parauapebas (2021).
Source: Municipal Government of Parauapebas (2021).

Figura 3: Stand da Prefeitura em evento nacional de turismo.
Figure 3: City Hall Stand at a National Tourism Event.
Fonte: Prefeitura Municipal de Parauapebas (2021).
Source: Municipal Government of Parauapebas (2021).

Para o ICMBIO, a divulgação dos atrativos da Flona Carajás é muito importante, porém não deveria ser feita neste momento, uma vez que é necessário primeiro estruturar os atrativos e organizar as atividades de visitação e ecoturismo internamente para depois atrair pessoas para o município.

A atuação da Vale S.A. reforça essa perspectiva mercadológica da natureza. A empresa, ao manter controle quase exclusivo sobre os principais atrativos turísticos, como o Parque Zoobotânico, consolida uma estrutura de

uso que prioriza sua promoção institucional e a exploração econômica, deixando em segundo plano o caráter educativo e preservacionista do ecoturismo. O Parque, que recebe cerca de 10 mil visitantes por mês, é apresentado como um símbolo de preservação, mas, na prática, configura-se como uma área artificializada e controlada pela mineradora, mascarando os impactos socioambientais gerados pela mineração (VALE, 2018; ICMBIO, 2016).

A Vale S.A., ao promover ações de marketing verde, frequentemente busca associar sua imagem à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Um exemplo disso são projetos de reflorestamento promovido pela mineradora na região de Carajás, amplamente divulgado como uma compensação ambiental pelas áreas desmatadas. Contudo, essas ações frequentemente se limitam a pequenas áreas e não compensam os danos causados pela mineração em larga escala. Outra estratégia de marketing verde utilizada pela empresa é o patrocínio de eventos culturais e socioambientais, criando uma percepção positiva junto à comunidade local e ao público externo. Entretanto, a manutenção de práticas extrativistas predatórias contraria o discurso ecológico adotado, caracterizando um claro exemplo de greenwashing.

Além do Parque Zoobotânico, a visita aos atrativos naturais, como cachoeiras e cavernas, é condicionada à aquisição de pacotes turísticos oferecidos exclusivamente pela COOPERTURE. Essa cooperativa, criada em 2015 com o objetivo de integrar a comunidade local às atividades turísticas, enfrenta desafios significativos, como o alto custo dos passeios e a baixa demanda, o que limita o acesso e restringe a inclusão social. Embora existam esforços para promover o uso público, a gestão do turismo permanece concentrada, refletindo a lógica capitalista que mercantiliza a natureza em vez de promover práticas verdadeiramente sustentáveis.

O controle de acesso, o financiamento de infraestrutura e o patrocínio de eventos sustentáveis tornam a Vale S.A. uma figura central na gestão da Flona Carajás, reforçando o conceito de greenwashing, já que as ações ecológicas muitas vezes servem para mascarar os impactos negativos da mineração. Para que o ecoturismo se consolide como alternativa econômica sustentável, é necessário romper com essa lógica e promover uma gestão mais transparente e participativa.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) atua em cooperação com a Prefeitura de Parauapebas para fomentar o uso público e a educação ambiental, promovendo iniciativas que visam integrar o ecoturismo ao desenvolvimento socioambiental. Entretanto, os avanços ainda são insuficientes para garantir ampla participação popular, devido à falta de investimentos e às restrições impostas pela lógica empresarial dominante. A mineração continua sendo a atividade central, gerando contradições ao transformar o discurso de sustentabilidade em mais uma estratégia de legitimação econômica.

Além disso, a falta de planejamento integrado e o foco em estratégias de marketing, muitas vezes desconectadas da realidade, prejudicam a imagem da Flona como destino ecológico. O ecoturismo, quando realizado de forma crítica e educativa, tem o potencial de fomentar a conscientização

ambiental, mas depende de políticas públicas que efetivamente priorizem a preservação e a participação comunitária.

Para que o ecoturismo cumpra seu papel de promover uma consciência crítica e sustentável, é necessário romper com a lógica de apropriação capitalista da natureza, adotando práticas que verdadeiramente envolvam a comunidade e promovam a gestão participativa. Somente assim será possível construir um modelo de turismo que realmente contribua para o desenvolvimento sustentável da região e para a preservação da Flona Carajás.

Considerações Finais

A análise realizada sobre o ecoturismo na Flona Carajás evidencia as contradições entre a preservação ambiental e a exploração mineral, reforçando o desafio de equilibrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade na Amazônia. Embora o ecoturismo seja promovido como alternativa sustentável, sua implementação na Flona Carajás enfrenta barreiras estruturais e ideológicas que limitam seu potencial transformador. O controle do território pela mineração, especialmente pela Vale S.A., condiciona as práticas turísticas a uma lógica capitalista que mercantiliza os recursos naturais, ocultando os impactos socioambientais causados pela mineração.

Na tentativa de promover a região como destino ecológico, estratégias de marketing verde têm sido utilizadas para construir uma imagem de turismo sustentável, que muitas vezes não corresponde à realidade local. A criação de estruturas turísticas controladas pela mineradora, como o Parque Zoobotânico, reforça a visão capitalista de apropriação da natureza, onde o ecoturismo se apresenta como mais uma mercadoria na vitrine do mercado. Essa configuração reproduz práticas históricas de dominação e exploração da Amazônia, perpetuando o pensamento colonialista e antropocêntrico que transforma a natureza em objeto de consumo.

O discurso ecológico, promovido como contraponto à mineração, esbarra na lógica de exclusão e controle territorial que limita o envolvimento da comunidade local e reduz o ecoturismo a um produto elitizado e restrito. Apesar dos esforços do ICMBIO e de atores sociais locais para fomentar um modelo participativo e educativo, a prática turística ainda permanece concentrada nas mãos de poucos, reforçando desigualdades e reproduzindo a lógica de apropriação capitalista dos recursos naturais.

Portanto, o ecoturismo na Flona Carajás, ao invés de se consolidar como uma prática verdadeiramente sustentável, acaba reforçando as mesmas dinâmicas que deveria combater. Para superar esse paradigma, é necessário romper com a perspectiva mercantilista e promover um turismo comunitário, que valorize o protagonismo local e a gestão compartilhada dos recursos naturais. Experiências bem-sucedidas em outras unidades de conservação na Amazônia, como na Reserva Extrativista de Mamirauá, demonstram que a gestão compartilhada com as comunidades locais promove não apenas a conservação ambiental, mas também o fortalecimento econômico e social. Iniciativas que envolvem associações comunitárias na gestão do turismo garantem maior participação e

distribuição de benefícios, rompendo com a lógica centralizadora e mercantilista da exploração dos recursos naturais.

Isso só será possível por meio de políticas públicas que incentivem práticas realmente sustentáveis, garantindo que o discurso de preservação se traduza em ações efetivas e inclusivas. Dessa forma, o ecoturismo pode se consolidar como uma alternativa viável para o desenvolvimento socioambiental na região de Carajás, contribuindo para um modelo de gestão que respeite tanto a biodiversidade quanto as comunidades locais.

A realização da COP30 em Belém representa uma oportunidade estratégica para repensar o modelo de ecoturismo na Flona Carajás e discutir políticas públicas voltadas para o turismo sustentável na Amazônia. A visibilidade internacional do evento coloca a região no centro das atenções, pressionando gestores públicos e empresas a adotarem práticas verdadeiramente sustentáveis. Aproveitar esse contexto para propor modelos de gestão comunitária e práticas turísticas inclusivas pode transformar a Flona Carajás em um exemplo de turismo ecológico genuíno, rompendo com a lógica de greenwashing que ainda predomina.

Referências

AMAZÔNIA.COM. Cava da mina na Flona Carajás. 2019. Disponível em: <http://www.amazonia.com>. Acesso em: 16 julho 2023.

BEZERRA, L. (org.). **Plano de pesquisa geossistemas ferruginosos da Floresta Nacional de Carajás**: temas prioritários para pesquisa e diretrizes para ampliação do conhecimento sobre os geossistemas ferruginosos da Floresta nacional de Carajás e seu entorno. Brasília: ICMBIO, 2017.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 12, nº 1, p. 161-192, jun. 2019.

COELHO, T. P. **Programa Grande Carajás:** trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: Editorial iGuana, 2015.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. ampl. São Paulo: Nupaub-USP/CEC, 2008.

FURLAN, S. Â. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. *In*: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, R. S. **Turismo e Desenvolvimento na Amazônia:** Reflexões a partir da Floresta Nacional de Carajás, PA. 2023. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, Marabá, 2023.

GUMIER-COSTA, Fabiano; SPERBER, Carlos Frankl. **Atropelamentos de vertebrados na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil**. Acta Amazonica, v. 39, 459-466.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2023: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 maio 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Plano de manejo da Floresta Nacional de Carajás.** [S. l.]: ICMBIO, mar. 2016. V. I e II.

MARX, K. O Capital - Livro I – **crítica da economia política:** O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, M. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

MONTEIRO, M. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia:** drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

PAGOTTO, E. L. **Greenwashing:** manual da propaganda ambiental enganosa. Ponta Grossa: Aya, 2023.

PENHA, L. R.; NOGUEIRA, A. P. F. Os impactos do desenvolvimento na área de influência da Estrada de Ferro Carajás. **InterEspaço**. Grajaú, v. 1, nº 1, p. 212-225, jan./jun. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. Stand da Prefeitura em evento nacional de turismo. 2021. Disponível em: <https://www.parauapebas.pa.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2023.

QUARESMA, H. D. de A. B. **O desencanto da princesa:** pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodoal/Maiandeua. Belém: NAEA, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder. *In*: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil:** possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, E. L. *et al*. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Ano 2, nº 1, jul.2012.

SANTOS, J. L. R. Território em transe: a Floresta Nacional de Carajás. *In*: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, 5., 2010, Florianópolis. ANPPAS. Disponível em: nppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-43-16-20100903195758.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

SILVA, F. L.; PENA, H. W. A.; OLIVEIRA, F. A. **A dinâmica da Ocupação da Amazônia Brasileira:** do interesse político aos conflitos socioambientais. [*S. l.*]: EumedNet, 2015.

SOUSA, A. S.; LOBO, H. A. S.; CARDOSO-LEITE, E. Potencialidades para o uso turístico sustentável na Floresta Nacional de Carajás (PA). **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 14, n. 5, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34024/rbecotur.2021.v14.12850. Acesso em: 08 maio 2023.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VALE S. A. **Bioparque Vale Amazônia**, 2018. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/bioparque-vale-amazonia>. Acesso em: 06 abril 2023.

VALENÇA, M. R. A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 04, n. 01, 2015.

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographi - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 57-83. jul./dez. 2009.

Notas:

[1] A Floresta Nacional de Carajás (Flona Carajás) está localizada no Estado do Pará e abrange os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte, tendo no município de Parauapebas o seu principal acesso e onde está localizado um dos maiores complexos de exploração mineral do planeta. Esta UC faz de um mosaico de áreas protegidas, o Mosaico de Carajás, que engloba seis unidades de conservação e um território indígena (GUIMARÃES, 2023).

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) pela oportunidade de realização deste estudo e pelo suporte acadêmico ao longo da pesquisa, em especial a minha orientadora pelas contribuições fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. Este artigo deriva da dissertação de mestrado intitulada "Turismo e Desenvolvimento na Amazônia: reflexões a partir da Floresta Nacional de Carajás, PA", defendida no âmbito do PDTSA/UNIFESSPA. A pesquisa contou com apoio institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e da Prefeitura Municipal de

Parauapebas, que colaboraram com informações, entrevistas e acesso às reuniões do Programa de Uso Público da Flona Carajás.

Rafael Souza Guimarães: Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

E-mail: rafaelszguimaraes@gmail.com

Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8112504738081312

Data de submissão: (a equipe da Revista irá preencher)

Data do aceite: (a equipe da Revista irá preencher)

Avaliado anonimamente